

# Apontamentos teóricos acerca da existência de uma etapa feudal: um olhar para três interpretações do Brasil\*

## Theoretical notes about the existence of a feudal stage: a glance to three interpretations from Brazil

Ana Paula Klaumann\*\*

**Resumo:** As interpretações do Brasil, com frequência, defrontam-se com temáticas ligadas aos modos de produção. O presente ensaio tem como objetivo investigar o debate da existência (ou não) de um modo de produção feudal durante a formação econômica e política do país, a partir das contribuições de autores ligados ao chamado “marxismo oficial”, bem como dos intérpretes do Brasil Caio Prado Júnior e Raymundo Faoro. A primeira dessas abordagens admite a existência de etapas no que se refere à história brasileira, dentre as quais identifica-se uma etapa feudal. Caio Prado Júnior não está de acordo com essa concepção, apontando que ela resultaria da transposição de teorias formuladas em outros locais para o Brasil, o qual, na sua concepção, era palco do capitalismo comercial. Raymundo Faoro também não vê na história brasileira uma etapa feudal, e sim a absorção pela colônia do capitalismo politicamente orientado presente em sua metrópole, Portugal, o qual era ligado ao sistema patrimonialista. Dessa forma, conclui-se que, ainda que tenham partindo de argumentos e matrizes teóricas distintas, os autores Caio Prado Júnior e Raymundo Faoro contribuem para o debate acerca da presença de uma etapa feudal no Brasil, opondo-se aos argumentos apontados pelos representantes do marxismo oficial.

**Palavras-chave:** Caio Prado Júnior, Raymundo Faoro, Marxismo, Feudalismo.

**Abstract:** The interpretations of Brazil can go through themes related to the modes of production. This paper aims to investigate the debate on the existence (or not) of a feudal mode of production in the country, from the contributions of official Marxism, Caio Prado Junior, and Raymundo Faoro. The first of these approaches admits the existence of stages in Brazilian history, among which a feudal stage is identified. Caio Prado Júnior does not agree with this conception, pointing out that it would result from the transposition of theories formulated in other places to Brazil, which, in his view, was marked by commercial capitalism. Raymundo Faoro also does not see in Brazilian history a feudal stage, but rather the absorption by the colony of politically oriented capitalism present in his metropolis, Portugal, which was linked to the patrimonial system. In this way, it is concluded that, although starting from different arguments and theoretical matrices, the authors Caio Prado Júnior and Raymundo Faoro contribute to the debate about the presence of a feudal stage in Brazil, opposing the arguments pointed out by the representatives of the official marxism.

**Keywords:** Caio Prado Júnior, Raymundo Faoro, Marxism, Feudalism.

**Classificação JEL:** B24. N96.

\*Submissão: 14/02/2022 | Aprovação: 23/03/2022 | Publicação: 03/06/2022 | DOI: [10.54805/RCE.2527-1180.v5.n1.103](https://doi.org/10.54805/RCE.2527-1180.v5.n1.103)

\*\* Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil | E-mail: [anaklaumann96@gmail.com](mailto:anaklaumann96@gmail.com) | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5763-2071>

## 1 INTRODUÇÃO

Os esforços despendidos por diversos pensadores para interpretar o Brasil e sua formação passam, muitas vezes, por compreender como se desenvolveu o modo de se produzir nesse território. Discussões relevantes surgem a partir disso, não se encontrando um consenso entre diferentes autores. Este ensaio busca sumarizar três diferentes interpretações do desenvolvimento dos modos de produção no Brasil, tendo como objetivo específico compreender a questão da existência (ou não) de uma etapa ou modo de produção feudal. As visões são a do “marxismo oficial” (representada pelas obras de Nelson Werneck Sodré e pela contribuição de Edgard Carone em sua análise do Partido Comunista do Brasil - PCB), a de Caio Prado Júnior e a de Raymundo Faoro.

Como pano de fundo dessa discussão, existe uma questão metodológica que deve ser sublinhada: é possível importar teorias formuladas a partir de determinadas realidades para nações que não foram palco dos mesmos acontecimentos? A concepção do marxismo oficial parece analisar o Brasil pelas lentes de uma teoria formulada, em especial, para países europeus, buscando adequar os acontecimentos que se desenvolvem no país às concepções teóricas. Caio Prado Júnior faz duras críticas a essa opção metodológica, que se ligam fortemente ao PCB, realizando o caminho inverso (que ele considera como o correto), partindo da observação dos eventos históricos e investigando-os, não tentando explica-los a partir de conceitos formulados *a priori*.

Raymundo Faoro, também realiza sua interpretação da história e formação do Estado Brasileiro (considerando como relevante a trajetória do Estado português), não se fixando em algum marco teórico específico. Deve ser observada, entretanto, que o autor se aproxima de categorias weberianas, utilizando-as com flexibilidade. Sobre esse assunto, são contribuições relevantes os trabalhos de Abreu (2006) e Aguilar Filho (2014).

A escolha por iniciar a análise com a concepção do marxismo oficial se justifica pela necessidade de que se compreendam os argumentos que apontam a existência de um desenvolvimento “sequencial” das formas de produção no Brasil, que admite etapa feudal, e também dá indicativos da necessidade de uma revolução antifeudal e anti-imperialista. A seção 2 apresenta tais apontamentos. As seções 3 e 4, por sua vez, buscam apresentar revisões que vão de encontro com a ideia de que se desenvolveu uma etapa feudal no Brasil. A escolha pelos autores Caio Prado Júnior e Raymundo Faoro se mostra frutífera, na medida em que apresenta concepções que convergem na ideia de que não existiu uma etapa feudal no país, mas divergem fundamentalmente na forma como justificam tal posição, e nas influências que sofrem as interpretações. A seção 5 traz as considerações finais do ensaio.

## 2 AS CONCEPÇÕES DO “MARXISMO OFICIAL”

Uma representação da ideia do marxismo oficial presente no Brasil durante o século XX se cristaliza nas contribuições de Nelson Werneck. O autor delimita as etapas pelas quais passou a nação, considerando que diferentes áreas geográficas podem apresentar etapas distintas (SODRÉ, 1997). Em sua análise histórica do país, Sodré (1963) identifica a existência da comunidade primitiva, do escravismo, do feudalismo e do capitalismo, sucessivamente, mas concebendo a coexistência de mais de um modo ao longo do tempo, e apontando que o país ainda não passou pela etapa socialista.

A comunidade primitiva se refere aos povos indígenas, com os quais os europeus tiveram contato no século XVI. De modo geral, essas comunidades primitivas costumam ser caracterizadas pela propriedade comum dos meios de produção, pela cooperação simples, técnicas e instrumentos rudimentares, e por não produzirem excedente. O autor esclarece que o indígena brasileiro teve sua sociedade profundamente modificada com o início da colonização (SODRÉ, 1963).

Ao analisar a escravidão no Brasil, Sodré (1997) entende que essa etapa foi necessária historicamente. A necessidade está ligada ao fato que este sistema representava a mão de obra que permitia a produção destinada ao exterior, salientando que “o escravismo foi a forma pela qual a colonização, no caso brasileiro, venceu as dificuldades iniciais, quase insuperáveis; sem ele, certamente insuperáveis. (...) Sem ela [a etapa], não haveria Brasil” (SODRÉ, 1997, p.7).

Consolidando-se a partir de um grupo explorado – o dos escravos – e um explorador – o dos senhores proprietários de terra – essa forma de produzir acabava por ser implantada principalmente nas áreas destinadas ao comércio exterior, marcadas pela grande propriedade de terra. A produção voltada para fora foi o que marcou a etapa colonial, a qual só teve êxito devido à mão de obra escrava, que ficou limitada a um determinado espaço. É importante considerar que, a partir desse modo de produção, gerava-se alta lucratividade, mas a sua acumulação acontecia fora do Brasil. Dessa forma, o capitalismo não se desenvolvia nos limites do território colonial. Para além de estar situado na grande propriedade de terra, esse modo de exploração da mão de obra fez parte de outras atividades, como a mineração.

Coexistindo com o modo anteriormente citado, existiam em alguns espaços<sup>1</sup>, que não a grande propriedade, trabalhadores não escravos que possuíam uma relação de senhoriagem com outros agentes, como as autoridades religiosas, criando uma forma de dependência social. O autor ressalta que “o Brasil permaneceu escravista até os fins do século XIX, quando o capitalismo, em escala mundial, atingia a sua última etapa, com o imperialismo” (SODRÉ, 1997, p.62). Na medida em que

1 As relações feudais originárias no Brasil se desenvolveram em áreas secundárias, como “na área vicentina, na área pastoril sertaneja, na área amazônica, na área pastoril sulina (...)” (SODRÉ, 1997, p.13).

o sistema de escravidão entra em crise, há uma metamorfose nas relações de produção, cujo resultado consiste em uma passagem desse sistema para o feudalismo.

Dentro da grande propriedade rural, passam a aparecer os colonos, que mantinham relações senhoriais com os donos das terras, estando na condição tanto de assalariados, como de servos. Essa mudança de modo de produção passa a acontecer antes mesmo do processo de abolição da escravidão no Brasil. Sodré resalta que o tom do espaço rural brasileiro se dava pela combinação de um espaço onde a mão de obra era excessiva e a propriedade de terra concentrada. Para o autor, nesse contexto eram desenvolvidas relações “pré-capitalistas”, que iam desde o trabalho não remunerado até os sistemas de parceria. Ao olhar para dados do Censo de 1950, o autor resalta que 36% da mão de obra ocupada no campo era constituída por familiares que não recebiam salário (SODRÉ, 1963; SODRÉ, 1997).

Na sua concepção, o feudalismo é marcado pela detenção da propriedade completa da terra e incompleta do servo pelo senhor, pela divisão do tempo de trabalho do servo entre a sua subsistência e a geração de subproduto para o senhor, sendo essa última a forma do servo pagar pela terra utilizada pela sua subsistência, e pela relação hierárquica e dependente entre os diferentes grupos (senhores, Nobreza, Clero, camponeses, etc.). O autor aponta que essas relações já eram desenvolvidas em Portugal, sendo o período entre 1140 e 1282 marcado pelo início da conquista territorial, que gerava doações feudais, e o período entre 1383 e 1497, marcado pela expansão mercantil, em que se agrava a luta entre a classe feudal e a mercantil.

O capitalismo em Portugal surge, segundo o autor, de maneira endógena, uma vez que existia uma grande massa de trabalhadores e considerável acumulação de riqueza, portanto partia de suas condições internas. Já as primeiras condições para o surgimento do capitalismo no Brasil se deram a partir do fim do século XIX, alicerçadas em reformas e oportunidades de acumulação interna, as quais foram desdobradas e alastradas devido a acontecimentos como a Primeira Guerra Mundial e a Crise de 1929, apontando-se o advento do Estado Novo como um episódio de uma revolução burguesa<sup>2</sup> no Brasil. Sodré resalta que não há um ponto específico no tempo em que o país se torna capitalista, e sim uma sucessão de episódios que contribuíram para essa consolidação. Na visão do autor, o Brasil ainda estaria passando pelo processo de revolução burguesa, uma vez que persiste uma estrutura heterogênea marcada pelo latifúndio e pela dependência ligada ao imperialismo.

Sobre a Revolução Burguesa que era apontada como necessária pelo marxismo oficial, Edgard Carone (1982, p. 114-9), ao reunir em sua obra a história do Partido Comunista do Brasil (PCB), aponta o advento do Projeto de Programa, de 1953<sup>3</sup>. Esse Projeto bebia da concepção de que o governo brasileiro (fala-se do segundo governo de Getúlio Vargas) se colocava como um instrumento dos imperialistas dos Estados Unidos, os quais eram beneficiados por sua ação hegemônica. A solução apontada pelo partido era a de executar uma revolução agrária e anti-imperialista, de forma a constituir um “governo democrático de libertação nacional”, no qual o povo teria mecanismos para eliminar o que foi chamado de “restos feudais”.

Essa concepção vai ao encontro do que dizia Sodré, ao levantar a existência de uma dupla pressão na economia brasileira, sendo uma externa – que se fazia presente com o imperialismo – e uma interna – espelhada a partir do latifúndio. Logo, o que se pode concluir dessa concepção é a de que ainda existiriam traços feudais a serem eliminados, a partir da realização de uma revolução que poderia abrir espaço para a etapa apontada por Sodré que o Brasil ainda não conheceu: o socialismo. Fica claro, a partir do exposto acima, a opção do PCB por ajustar os fatos ocorridos às suas teses, sendo que “o caráter da revolução pretendida pelo partido, os seus meios e as relações desejadas entre os grupos sociais em questão parecem cristalizadas em um modelo que se anunciava mais real que a própria realidade” (DEUSDETTITH JR., 2006, p. 4).

### 3 CAIO PRADO JÚNIOR E O CAPITALISMO BRASILEIRO

Caio Prado Júnior nasceu em São Paulo (SP), em 1907, em um espaço ligado à elite local. Sua formação se deu tendo como pano de fundo profundas transformações no país, principalmente no que se refere ao tema da industrialização (e do consequente salto no número de trabalhadores ligados ao setor). Em 1924, Caio Prado Jr. ingressou na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, local em que teve contato com os temas em debate no espaço acadêmico brasileiro, que se referiam aos problemas do país (PERICÁS, 2016).

De acordo com Pericás (2016), o marxismo e o engajamento social e partidário foram fatores muito importantes na formação da visão de mundo e na trajetória de Caio Prado Júnior, que se autodenominava “comunista”. Ainda que o autor não estivesse alinhado com todas as teses defendidas pelo Partido Comunista do Brasil, mas o partido teve grande importância em sua trajetória, uma vez que “por pouco tempo, integrou o Partido Democrático, e, em seguida, ingressou no PCB, no qual permaneceria pelo resto da vida” (PERICÁS, 2016, p.21).

A obra de Caio Prado Júnior sempre teve como ponto focal o trabalhador, preocupando-se com mudanças estruturais e com o desenvolvimento do país. Dá-se ênfase para sua interpretação marxista do Brasil, publicada em 1933, intitulada *Evolução Política do Brasil*, seguida de obras clássicas como a *Formação do Brasil Contemporâneo*, de 1942, a sua *História*

2 “A revolução burguesa sanciona, normalmente, o primado político da burguesia e, portanto, da classe que define a existência de capitalismo, quando dominante” (SODRÉ, 1997, p. 17).

3 Apresenta-se e consolida-se esse Projeto de Programa no IV Congresso do PCB, em 1954. O Programa de 1954, resultante desse congresso, foi publicado no periódico Problemas: Revista Mensal de Cultura Política, nº 64, dez. 1954/fev. 1955. Disponível em: [https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev\\_prob/64/programa.htm](https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/64/programa.htm). Acesso em 20 de dezembro de 2019.

*Econômica do Brasil*, de 1945, e *A Revolução Brasileira*, de 1966.

É da última obra que se extraem os argumentos agora apresentados, que representam um desacordo de Caio Prado Júnior em relação à posição oficial do partido apresentada anteriormente. Para o autor, os teóricos que defendiam a posição de que o Brasil necessariamente cumpriu etapas, estariam importando teorias de outros lugares, que não se aplicariam ao país. A ideia de que existiriam restos feudais a serem eliminados não se confirmaria, uma vez que, de acordo com Prado Jr. (1966 [2014]) nunca existiu uma etapa feudal, descolando-se a teoria dos fatos econômicos, sociais e políticos que se desenvolviam no Brasil (o autor ressalta não ser apenas desconhecimento dos fatos por parte dos teóricos, mas também desprezo).

A grande discordância, portanto, que o autor tinha em relação à concepção pecebista era em relação ao método empregado para analisar o país, o qual gerava problemas de ordem prática no que se refere à atuação política do partido. A interpretação etapista da história brasileira, considerada “anticientífica” pelo autor, era fruto de uma tentativa de enquadrar o país em esquemas desenvolvidos na Europa, que eram reflexo da história e contexto daquele continente. Esses conceitos formulados *a priori* se mostravam descolados da realidade brasileira, e o ideal de “revolução agrária e anti-imperialista” (por vezes, chamada de revolução democrático-burguesa) era o reflexo de uma tentativa de dar um caráter à uma revolução, antes mesmo da ocorrência de episódios históricos que a justificassem.

A revolução brasileira, para Caio Prado Júnior, possuía caráter eminente, mas deixando claro o sentido real da palavra revolução, que

(...) significa o processo histórico assinalado por reformas e modificações econômicas, sociais e políticas sucessivas, que, concentradas em período histórico relativamente curto, vão dar em transformações estruturais da sociedade, e em especial das relações econômicas e do equilíbrio recíproco das diferentes classes e categorias sociais (PRADO JR., 2014, p.11).

Dada sua base teórica marxista, o autor aponta que o destino final desse processo é o socialismo. Ele deixa claro que é preciso, primeiro, saber como se desenvolverá a revolução, para então a qualificar, não deduzindo um esquema teórico anterior, como o apresentado pelo PCB. Prado Jr. argumenta que o uso da concepção etapista pelo que ele chama de “esquerdas brasileiras” impediu que se notasse a realidade do país.

Salvo algumas situações acessórias, que de forma alguma representam a totalidade do espaço rural brasileiro para o autor, o país nunca teve uma etapa feudal. A relação entre o dono das terras e os trabalhadores inseridos nelas é uma das características que justifica tal posição: na medida em que no espaço feudal europeu eram identificadas relações hierárquicas, definidas por privilégios de nascimento, forçando-se a classe camponesa a ceder os produtos do seu trabalho para ter o direito de produzir, por meio de uma exploração parcelária, o trabalhador rural brasileiro recebe um tipo de remuneração<sup>5</sup> pelo seu trabalho, sendo a exploração da grande propriedade do tipo comercial e de larga escala.

As lutas desenvolvidas no espaço rural brasileiro são, para Caio Prado Júnior, outra demonstração da não existência de feudalismo. Na medida em que a luta camponesa no espaço feudal se reflete na busca pela ocupação e utilização individual da terra, no Brasil os trabalhadores rurais se interessam por melhores condições de empregos e salários, gerando conflitos sociais que não são compatíveis com outro modo de produção, senão o capitalista.

Fato interessante apresentado pelo autor é o de que a escravidão e o capitalismo, no Brasil, não foram etapas que se desenvolveram de forma separada, sendo o ambiente da grande propriedade comercial um local cujo fim último é a reprodução do capital. O Brasil nasce, para o autor, como uma invenção do capital europeu, existindo como uma empresa que gerava excedente para a metrópole, e a escravidão nada mais foi que um mecanismo para tal, “servindo de base a uma economia mercantil” (PRADO *apud* INGLESIAS, 1982, p. 191).

Nesse sentido, o único verdadeiro ocupante da terra era o empresário da produção, estando o trabalhador (tanto o escravo como o agente livre) apenas na posição de uma força a serviço do primeiro. O elemento essencial da economia feudal é o camponês, que é quem dirige a produção. No capitalismo que é encontrado no Brasil, o elemento essencial da economia é o proprietário de terra, que controla e ajusta as atividades do trabalhador, tanto escravo como livre (PRADO, 2014).

Tem-se claro, portanto, que não se encontram características ligadas ao feudalismo no campo brasileiro, aos moldes do que foi descrito a partir da obra de Nelson Werneck Sodré. O que se tem nesse território é uma grande exploração agrária, com um caráter fortemente mercantil e voltado ao exterior, compatível com o sistema capitalista de produção: o Brasil, portanto, é palco de um capitalismo comercial.

4 “*Anti-imperialista* porque oposta à dominação das grandes potências *capitalistas*; *agrária* porque se tratava de neles superar a etapa “feudal” em quem em maior ou menor grau, eles [os países] ainda se encontravam (PRADO JR. 2014, p. 25, grifos no original).

5 A remuneração do trabalhador rural no Brasil não se apresentava de maneira homogênea. Na medida em que existiam escravos, cuja “remuneração” se refletia em moradia, vestimenta e alimentação, outras formas de permuta também se manifestaram: a parceria (nessa situação, pagava-se a metade ou a terça parte do salário *in natura*), o barracão (em que o proprietário fornecia gêneros alimentícios aos trabalhadores, a preços extorsivos) e o cambão (no qual os trabalhadores prestavam serviços gratuitos em troca do uso da terra). Alguns teóricos encaram essas formas de remuneração como expressão dos restos feudais, mas Caio Prado Júnior aponta que não há incompatibilidade delas com o sistema capitalista de produção, sendo alguns casos, como o da parceria, formas inclusive superiores, principalmente em situações onde há inflação fora do controle.

A interpretação do PCB acaba por refletir em suas reivindicações políticas, mas de forma não alinhada com o que aspiram os trabalhadores do espaço rural. Prado Jr. apresenta em sua obra diversas situações em que as posições do partido demonstraram descolamento e desconhecimento da realidade. O autor faz críticas ao Programa de 1954, uma vez que ele ignora questões como a da extensão da legislação social trabalhista no campo, dado que essa pauta não parecia se enquadrar nas premissas teóricas da revolução antifeudal, além de sugerir a substituição da parceria pelo pagamento integral em dinheiro.

Conforme indica Mendes (2013), ainda que o pensamento de Caio Prado Júnior e as concepções Partido Comunista Brasileiro sejam fruto da compreensão do marxismo, o primeiro pode ser considerado como uma concepção heterodoxa dessa corrente, na medida em que o segundo é entendido como ortodoxo. O autor ainda reforça que a forma com que os autores se colocam diante dos fatos contemporâneos influenciam sua análise do passado. Assim, “[a] própria interpretação [...] já constitui a expressão de uma maneira particular de quem a elabora colocar-se diante das questões da sua época” (MENDES, 2013, p. 202).

As contradições entre a teoria postulada pelo Partido e a realidade brasileira também alcançam a dimensão “anti-imperialista” da revolução. A inspiração da tese de que, não só o Brasil, mas a América Latina como um todo, sofria uma dominação imperialista era inspirada na caracterização no Programa da Internacional Comunista, que parece descrever condições existentes em países asiáticos, mas que não se aplicam aos países latino-americanos. Ainda que a ideia do PCB se restrinja ao imperialismo norte-americano, uma vez mais foi importada uma análise válida para outras realidades, que não a brasileira. Caio Prado Júnior (2014, p. 46) argumenta que o que desde o princípio, a América Latina esteve inserida nas relações econômicas que deram origem ao imperialismo, “evoluímos e nos desenvolvemos à sombra e ação da mesma civilização e cultura daqueles países que em nossos dias assumiram a posição imperialista”.

Vale ressaltar que o autor adota uma postura diversa da apresentada pelo Partido, buscando olhar para a realidade econômica brasileira, no intuito de identificar os fatos que constituiriam uma revolução de fato. O autor identifica quatro “momentos” que constituíram a essência da revolução brasileira: a independência, o fim do tráfico de escravos, a imigração europeia e a abolição da escravidão. Esses foram eventos importantes, os quais contribuíram para construir o que se citou anteriormente como o sentido de uma verdadeira revolução.

#### 4 RAYMUNDO FAORO E O ESTADO PATRIMONIAL

Raymundo Faoro nasceu no ano 1925, em Vacaria (RS), sendo descendente de uma família de imigrantes italianos. Coursou direito na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tendo sua carreira calcada no cargo de Procurador Geral do Estado do Rio de Janeiro. Foi presidente da Ordem dos Advogados do Brasil entre 1977 e 1979, também sendo o quinto ocupante da sexta cadeira na Academia Brasileira de Letras (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2019).

Sua obra está ligada aos diversos artigos publicados em jornais no Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo (em especial, foca-se sua colaboração permanente às revistas IstoÉ e Senhor), além de livros como *A pirâmide e o trapézio*, de 1974, e *Os Donos do Poder*, cuja primeira publicação se deu em 1958, sendo republicado em 1975, reunindo os principais argumentos do autor no que se refere ao tema da formação do patronato político brasileiro. Essa é a obra da qual são retirados seus argumentos acerca da (não) existência de uma etapa feudal no Brasil.

No início desta obra, o autor busca deixar claro seu afastamento com o que ele chama de marxismo ortodoxo. Sua obra se aproxima de Max Weber, ainda que Faoro não se coloque explicitamente como seguidor deste autor. É possível perceber o parentesco com a linha de pensamento weberiana, notando-se, por diversas vezes, o uso de determinadas categorias paralelas de análise. Maquiavel, Hobbes, Montesquieu e Rousseau são autores que Faoro indica estarem inseridos em seus desenvolvimentos teóricos (FAORO, 2012 [1975]).

Como Caio Prado Júnior, Raymundo Faoro não se alinha à concepção etapista do marxismo oficial, apontando que não existiu no Brasil uma etapa feudal. Sua argumentação, entretanto, é bastante distinta da apresentada anteriormente, remontando, em um primeiro momento, ao Estado português, para em seguida compreender de que maneira se configurou o Estado brasileiro.

Há singularidade na formação de Portugal, elementos ligados à guerra, ao quadro administrativo, ao comércio e à supremacia do príncipe são responsáveis por moldar seu mundo social e político. O início da Dinastia de Avis surge como um ponto de partida para a consolidação de um grupo de agentes que exercem dominação do tipo tradicional, que se aglomera em torno do soberano, com ele governando, contribuindo para exercer o controle da economia e da política. Esse grupo não se liga, necessariamente, com um padrão de renda e de riqueza de uma classe social, e sim com uma condição de prestígio e *status*, os quais são reconhecidos pelo Estado.

Os agentes que compõem tal grupo, doravante estamento burocrático, gozam de certos privilégios, seguindo seus próprios interesses, que não necessariamente se alinham aos interesses da sociedade. Faoro classifica a sociedade portuguesa como patrimonialista, uma vez que o soberano exerce poderes sobre os bens, mas também sobre a distribuição de cargos e a consolidação do estamento. Nesse sentido, o poder se projeta de cima para baixo, submetendo todas as camadas<sup>6</sup> ao controle

6 “Todas as camadas, os artesãos e os jornaleiros, os lavradores e os senhores de terras, os comerciantes e os armadores, orientam ao controle superior, submetem-se a regras convencionalmente fixadas” (FAORO, 2012, p. 62).

e às regras estabelecidas por esse corpo burocrático.

A burguesia comercial, por sua vez, é subjugada por esse poder que emana da Coroa e da camada dirigente, sendo o rei considerado o supremo mercador. A união do Estado com o comércio acaba por gerar um sistema mercantilista, o qual se desenvolveu de forma separada da agricultura e da indústria, gerando, por vezes, especulação e baixa capacidade de acumulação de capital. A descrição acima apresentada faz com que o autor afirme que não há compatibilidade entre o que ocorre em Portugal e um sistema feudal, a sua hipótese é a de que se desenvolve no país um capitalismo comercial (não podendo ser colocado como um paralelo ao capitalismo industrial), o qual se coloca como politicamente orientado, sendo que

(...) só ele compatível com a organização política estamental, sempre gradativamente burocrática, ajusta a si o direito, limita a ideologia econômica, expande-se em monopólios, privilégios e concessões. Os parceiros da jornada da África, Ásia e América se entendem e se ajudam, estabilizando a economia, nela intervindo íntima e diretamente, sobre a tutela do soberano (FAORO, 2012, p. 87).

Faoro (2012, p.87) tem o esforço de retornar ao território português, explicando de que forma se desenvolve o modo de produção capitalista nesse espaço, com todas as suas nuances, para então apontar que, a partir do seu esforço de expansão do seu comércio, tem-se contato com o Brasil, que em sua condição de colônia assimila as características da metrópole, sendo “herdeiro de uma longa história”. Prolonga-se a metrópole sobre a colônia, transplantando suas características culturais e seu pensamento político (FAORO, 2013). Impõe-se ao Brasil o sistema de trocas, de comércio e de exploração português, transformando o território em um negócio do rei. O Estado geriu a colonização brasileira, integrando o país em sua estrutura patrimonial e no seu sistema de caráter capitalista.

Aguilar Filho (2010) reforça que, na visão de Faoro, a formação do Estado brasileiro teve como herança a “carapaça administrativa” portuguesa. Dessa forma, o autor esclarece que uma vez que Portugal não vivenciou uma etapa feudal, as relações entre os indivíduos se deu de modo diferenciado, inaugurando uma forma de dominação onde não se nota a separação entre o público e o privado. Essa noção de Estado, originada em Portugal se transplantou para a Colônia, de forma que

é possível buscar a origem dos problemas econômicos e sociopolíticos brasileiros no passado português. Mais especificamente, no fato de Portugal não ter vivenciado o feudalismo, moldando, com isso, relações entre o homem e o poder de feições diferentes, se comparadas, por exemplo, à Inglaterra, bem como relações econômicas de outra índole (AGUILAR FILHO, 2010, p. 7).

O autor, ao identificar esses vínculos entre colônia e metrópole, apontando a transplantação do Estado patrimonialista e do próprio estamento, ressalta a impossibilidade do desenvolvimento de um modo de produção de caráter feudal no Brasil. É importante ressaltar que o autor não se debruça com profundidade sobre o tema da escravidão, dando apenas indícios breves de que esse sistema se ligava à riqueza dos proprietários rurais (FAORO, 2012).

Tendo clara a posição do autor de que o patrimonialismo era o que dava o tom ao Estado brasileiro, pode-se ressaltar que Faoro apontava que as teses que advogavam pela existência de um modo de produção feudal no Brasil tinham um caráter nostálgico, buscando implantar as características da Idade Média europeia em um novo espaço. De acordo com o autor, essas teses faziam analogias entre o senhor de engenho brasileiro e a aristocracia rural que se fazia presente no espaço feudal, apontando ainda que o advento das capitanias daria um caráter feudal às colônias de plantação, sendo os donatários encarados como nobres.

Faoro contesta essa tese, apontando-se que “a empresa de plantação teve nítido cunho capitalista – dentro do capitalismo mercantil e politicamente orientado do século XVI português” (FAORO, 2012, p. 155). O Brasil, na medida em que era uma empresa do rei, deveria lhe dar vantagens, que dependiam das suas relações estabelecidas com os donatários e da forma como lhe eram transferidos os proventos desse espaço.

“Figura de retórica” é o termo utilizado pelo autor para descrever o que foi o feudalismo brasileiro. A propriedade rural brasileira não pode ser vista como um *locus* do feudalismo, uma vez que ela se dedica à exploração de produtos exportáveis, integrando-se ao mercado mundial, além de não dar respaldo para a criação de relações de vassalagem. O pacto entre as diferentes camadas, típico de sociedades feudais, não dava o tom às relações, que eram verticalizadas, com o rei subordinando as pessoas, decidindo sobre o destino das terras e dos outros recursos, unido a uma camada dirigente que contribuía para controlar as ações.

Outro fator que pode ser utilizado para desmistificar o feudalismo brasileiro se liga ao caráter de nobreza, por vezes concedido aos senhores rurais. Os donos dos latifúndios não cumpriam os pré-requisitos para serem considerados nobres, uma vez que não existia um estatuto jurídico que confirmava esse *status*, e também não se respeitava o estatuto da descendência. Faoro também aponta que esses agentes não eram, necessariamente, donos de grandes riquezas, uma vez que possuíam grandes dívidas e enfrentavam as dificuldades ligadas ao clima. Terras extensas não se colocavam como sinônimo de riqueza, essa provinha, como apontado anteriormente, da quantidade de escravos que cada senhor possuía. Pode-se concluir, portanto, que

Tudo está longe do feudalismo, da aristocracia territorial, dos monarcas latifundiários. Olhos vigilantes, desconfiados cuidavam para que o mundo americano não esquecesse o cordão umbilical, que lhe transmitia a força do trabalho e lhe absorvia a riqueza. O rei estava atento ao seu negócio (FAORO, 2012, p. 159).

A argumentação apresentada se mostra como ponto importante na obra de Faoro. O período de tempo analisado pelo autor é longo, indo da Revolução de Avis em Portugal até Getúlio Vargas no Brasil, e marcado por sua identificação do Estado patrimonial (e não feudal) e pela dominação tradicional. Resistiram essas estruturas às mudanças desenvolvidas ao longo dos anos, fator que dá certo caráter fatalista à interpretação, cuja consideração final é a de que, no Brasil, “o poder – a soberania nominalmente popular – tem donos, que não emanam da nação, da sociedade, da plebe ignara e pobre” (FAORO, 2012, p. 837).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Interpretar o Brasil é um esforço realizado ao longo das gerações, colocando em pauta discussões relevantes para que se tenha clareza da história do país, sendo um insumo para analisar o seu presente e pensar o seu futuro. Nesse sentido, as obras tratadas no presente ensaio servem de subsídio para que se entenda a discussão de um aspecto da formação do Brasil e de seu Estado nacional, bem como compreender de que forma o país adota o sistema de produção capitalista. Considerar as formas como cada autor opta por realizar seu trabalho é útil para que se tenha clareza acerca das interpretações.

O marxismo oficial, representado nesse ensaio pela interpretação de Nelson Werneck Sodré, bem como a do Partido Comunista do Brasil (cujo resgate é realizado a partir de Edgard Carone), encontra no Brasil etapas sucessivas de modos de produção, de modo semelhante ao que se desenvolveu em outras nações (em especial, as europeias), admitindo ainda que mais de um modo possa conviver ao mesmo tempo, em diferentes locais do país. Compreende essa concepção que a ruína de um modo de produzir é o impulso do modo seguinte, e no momento de análise, existia um modo de produção capitalista no Brasil, que sofria uma pressão interna (ligada à existência de restos feudais, características pré-capitalistas inseridas nos latifúndios) e uma pressão externa (que ocorria devido ao imperialismo, em especial o dos Estados Unidos). Requeria-se, portanto, a realização de uma Revolução Burguesa (de caráter antifeudal e anti-imperialista), que superasse essas pressões e colocasse o país rumo ao modo de produção socialista.

Caio Prado Júnior, compartilhando da influência marxista e fazendo parte, durante grande parte da sua vida, do Partido Comunista do Brasil, faz uma crítica a essa concepção. O autor entende que o marxismo oficial se apropriava de teorias desenvolvidas para explicar outras realidades, que não a brasileira, utilizando elementos que não faziam parte dessa história. Não existiam traços feudais a serem superados, pois um sistema feudal nunca foi regra geral neste país, que desde cedo desenvolveu um modo de produção voltado para a acumulação de capital, com olhar para o exterior, desenvolvendo uma forma de capitalismo comercial. Durante um período considerável de tempo, esse modo de produção foi compatível com a situação da escravidão, que acabava agindo como subsídio para a acumulação. Aponta-se que, para Caio Prado Júnior, essa ideia “importada” de Brasil acabava por gerar equívocos práticos por parte do Partido. Em sua análise, o autor admite a existência de uma Revolução em curso, mas que seria necessário que ela primeiro ocorresse, para que depois se apontasse seu caráter.

Ainda sobre esse assunto, importante é a contribuição de Raymundo Faoro. Não alinhado com o pensamento marxista, e muitas vezes se apropriando de categorias weberianas, o autor deixa clara a sua concepção de que não existiu uma etapa feudal na história brasileira, apresentando uma argumentação diferente da de Caio Prado Júnior. Para Faoro, o Brasil colônia refletiu as características de sua metrópole Portugal, o que faz o autor retornar para esse território e apontar que não há em Portugal um caráter feudal, em especial desde a Revolução de Avis. A partir de um grupo de agentes, reunidos a partir de seu *status* (e não de sua classe social), escolhidos pelo rei e que com ele governam, e da existência de um sistema comercial, desenvolve-se em Portugal um capitalismo politicamente orientado. Prolonga-se esse modo de produção ao Brasil, desde o seu princípio, uma vez que o país era mais um exemplo de “negócio” do rei. A ideia de feudalismo no Brasil, devido às características levantadas pelo autor acerca de suas propriedades rurais e das relações entre os agentes, não passava de uma figura de retórica.

As interpretações reunidas representam parte da discussão de como se desenvolveram os modos de produção no Brasil<sup>7</sup>. Nota-se que os argumentos do marxismo oficial acerca da presença de uma etapa feudal no Brasil se enfraquecem a partir do olhar de Caio Prado Júnior e de Raymundo Faoro, que divergem nos argumentos e influências, mas convergem no diagnóstico do não-feudalismo. As duas interpretações apresentam certo fatalismo, a primeira levando o país para uma ideia de Revolução, ainda que sem nome – mas que guiaria o país ao seu destino final, que é o modo socialista de produção –, na medida em que a segunda encara o Brasil como condicionado ao Estado patrimonial, sendo assim porque sempre foi.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Maria Aparecida Azevedo. Raimundo Faoro: quando mais é menos. *Perspectivas*, São Paulo, n.29, 169-189, 2006
- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Raymundo Faoro**: Biografia. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/raymundo-faoro/biografia>>. Acesso em: 22 dez. 2019.
- AGUILAR FILHO, Hélio Afonso de. Estado e atraso econômico no Brasil – uma abordagem a partir das teorias de Douglass North e Raymundo Faoro. *História Econômica & História de Empresas*, v. 13, n. 2, p. 5-23, 2010.
- AGUILAR FILHO, Hélio Afonso de. Faoro, Weber e a articulação das dimensões da realidade social na explicação do atraso

brasileiro. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v.13, n.27, mai/ago de 2014, 36-55.

CARONE, Edgard. **O PCB: 1943 a 1964**. São Paulo: Difusão Editora S.A., 1982. 2 v.

DEUSDEDITH JÚNIOR. A interpretação Pecebista do Brasil. **Universitas Face**, Brasília, v. 2, n. 3, p.1-14, 2006.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro**. 5 ed. São Paulo: Globo, 2012 [1975].

FAORO, Raymundo. **A República Inacabada**. São Paulo: Globo, 2013.

INGLESIAS, Francisco (Org.). **Caio Prado Júnior: História**. São Paulo: Ática, 1982.

MENDES, Claudinei Magno Magre. A questão do Feudalismo no Brasil: um debate político. **Notandum: Centro de Estudos Medievais - Oriente & Ocidente**, Maringá, n. 32, p. 199-212, 2013.

PERICÁS, Luiz Bernardo. **Caio Prado Júnior: Uma biografia política**. São Paulo: Boitempo, 2016. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books/about/Caio\\_Prado\\_Júnior\\_uma\\_biografia\\_políti.html?id=IPFFDwAAQBAJ&printsec=frontcover&source=kp\\_read\\_button&redir\\_esc=y#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books/about/Caio_Prado_Júnior_uma_biografia_políti.html?id=IPFFDwAAQBAJ&printsec=frontcover&source=kp_read_button&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false)>. Acesso em: 20 dez. 2019.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014 [1966]. Versão e-book.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1963.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graphia Editora, 1997.